

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

CONTRIBUTIONS OF TOURISM FOR LOCAL DEVELOPMENT

Denise Scótolo¹
Alexandre Panosso Netto²

Recebido em 11/11/2013

Aprovado em 16/10/2014

¹ Turismóloga e mestrandia em Estudos Culturais pela Escola de Ciências Artes e Humanidades da Universidade de São Paulo. denisescotolo@usp.br

² Livre-Docente em Teorias do Turismo pela Escola de Ciências Artes e Humanidades da Universidade de São Paulo. panosso@usp.br

RESUMO

O presente artigo discute em que medida é possível afirmar que o turismo contribui para o desenvolvimento local. A discussão foi fundamentada em estudos teóricos já desenvolvidos. A reflexão parte da explicação do ciclo de vida do produto turístico proposto por Butler (1980) e apresenta o conceito de desenvolvimento local endógeno (DLe), como o mais viável para proporcionar as boas práticas do turismo em destinos planejados. Sugere-se que os métodos qualitativos são adequados para mensurar o nível de desenvolvimento local promovido pelo turismo e que o Balance Scorecard pode ser utilizado como ferramenta auxiliar para a avaliação e gestão do DLe. Conclui-se que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de lugares desde que planejado e executado a partir das expectativas e capacidades dos sujeitos que neles vivem.

PALAVRAS-CHAVE:

Turismo. Desenvolvimento local endógeno. Planejamento turístico. Balance Scorecard.

ABSTRACT

The paper discusses how far is possible to prove that the phenomenon of tourism can contribute to local development. The discussion was based on fully developed theoretical studies. The starting point for the consideration is the explanation of the life cycle of the touristic product proposed by Butler (1980) in order to contextualize the meaning of tourism development and its stages. It presents the concept of local endogenous development (DLE), indicating this one as the most feasible to provide the best practices of tourism in planned destinations. It suggests that quantitative methods are suitable for measuring the level of local development promoted by tourism and that the Balanced Scorecard can be used as an auxiliary tool for the assessment and management of DLE. It concludes that tourism can contribute to the development of places on the condition that it has been planned and performed from the expectations and capabilities of the individuals who live in them.

KEYWORDS:

Tourism. Endogenous local development. Tourism planning. Balance Scorecard

1. INTRODUÇÃO

As preocupações sobre o desenvolvimento de locais têm se destacado no âmbito acadêmico do turismo (MALDONADO, 2006; ROUSSEL, 2006; CORRIOLANO, 2003 e 2009; ZAOUAL, 2008; BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, s.d.). Opções para o planejamento de ações para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento sustentável, entre outras estratégias de desenvolvimento, surgem constantemente em livros e em revistas científicas. Países, Estados e Municípios têm recorrido ao turismo como estratégia de desenvolvimento, tomando como pressuposto que o turismo possui potencial para retificar desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego e renda. Algumas estratégias podem apresentar resultados positivos, enquanto outras podem ser desastrosas e dificilmente reversíveis (NUNES, 2009). Assim, o presente estudo discute em que medida é possível afirmar que o turismo contribui para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local.

Souza (1999) oferece algumas questões norteadoras que podem contribuir de forma relevante para pesquisas que buscam resultados sobre a prática do turismo como meio de desenvolvimento local: Quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com essa atividade? Quais são os grupos envolvidos na atividade (segmentos sociais, distribuição de renda, características culturais, necessidades e desejos) e quais os contrastes existentes entre esses grupos? Qual a natureza do turismo em questão (predatório, humanista, enriquecedor, ético)?

Algumas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disseminaram a ideia e passaram a apoiar ações de estímulo ao turismo em regiões carentes de recursos financeiros e ricas em recursos naturais e culturais, conforme apontado por Ros

[...] Em 1963, as Nações Unidas recomendaram que fosse dada prioridade à assistência técnica no setor do turismo devido a sua importância como meio de reforçar a política de crescimento econômico nos países em desenvolvimento, uma vez que o turismo estimula os investimentos, constitui um meio de aquisição de moeda estrangeira, é uma fonte de criação de emprego, estimula a mobilidade social e a requalificação de profissionais para as necessidades de serviços derivados do turismo (ROS, 1967, p. 80 apud ARAÚJO, LOPES e TINÓCO, 2012, p. 107, tradução nossa).¹

Ainda que o turismo possa gerar impactos positivos significativos nas cidades e regiões receptoras, quando mal planejado e gerido, pode gerar externalidades negativas ao núcleo receptor e refletir seus impactos para além do destino visitado (DALL'AGNOL, 2012). Não é o propósito deste estudo fazer um levantamento de casos de sucesso ou de fracasso sobre a exploração da atividade turística em determinadas localidades e submetê-las à verificação de seus impactos positivos ou negativos. Busca-se, todavia, oferecer e discutir os referenciais teóricos e conceituais que possam balizar métodos capazes de responder como é possível comprovar que o turismo contribui para o desenvolvimento local.

O estudo propõe na primeira sessão uma discussão sobre dois conceitos importantes sobre esta temática: 1) o entendimento sobre o que é turismo a partir de uma perspectiva humanista que mantenha certo distanciamento do positivismo econômico presente em algumas práticas e argumentações sobre turismo e; 2) a compreensão do ciclo de vida do turismo (BUTLER, 1980) e seus possíveis resultados em cada uma de suas fases. A segunda sessão propõe uma reflexão sobre o que vem a ser desenvolvimento local. Daí parte-se para considerações que conduzam a possíveis ponderações sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento local, como apresentado na terceira sessão. Por fim, discutem-se metodologias capazes de oferecer indicadores adequados à mensuração de resultados em destinos turísticos, apresentando o *Balanced Scorecard* (BSC) como uma ferramenta auxiliar de avaliação e gestão de desenvolvimento local.

¹ [...] En 1963, las Naciones Unidas han recomendado que se otorgue prioridad a la asistencia técnica en el sector del turismo por su importancia como medio de reforzar la política de crecimiento económico en los países en vías de desarrollo, ya que el turismo estimula las inversiones, constituye un medio de procurarse divisas y es una fuente de creación de empleo, estimula la movilidad social y la reconversión de profesiones para atender a las necesidades de servicios derivadas del turismo. (ROS, 1967, p. 80 apud ARAÚJO, LOPES e TINÓCO, 2012, p. 107).

2. O TURISMO E SEU CICLO DE VIDA

O turismo está permeado por uma série de ideias e conceitos ligados ao tema viagens. Pode remeter ao turista a ideia de férias, ao empreendedor a ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de emprego e renda e à comunidade autóctone a ideia de desenvolvimento local (PANOSSO NETTO, 2010).

Não há um consenso entre os autores, pesquisadores e instituições ligadas ao setor sobre uma definição única do turismo. A epistemologia do turismo tem sido tema de pesquisa de alguns autores e as definições dadas por eles, ainda que bastante esclarecedoras, trazem limitações quanto a abrangência e a realidade do fenômeno (TRIBE, 1997, 2009; PHILLIMORE e GOODSON, 2004; CASTILLO NECHAR e PANOSSO NETTO, 2010).

Leiper (1979) considerava que as definições de turismo podiam ser classificadas em três grupos: definições econômicas (com enfoque comercial e econômico), definições técnicas (com enfoque estatístico e de institutos de turismo) e definições holísticas (que tentam abarcar todos os aspectos envolvidos no turismo). Panosso Netto (2010), por sua vez, considera que existem três distintas visões sobre o turismo: a visão leiga, a visão empresarial e a visão acadêmico-científica. A visão leiga entende o turismo como descanso, férias, viagem etc. A visão empresarial considera as oportunidades de renda e lucros financeiros advindos da geração de produtos e serviços oferecidos ao viajante. A visão acadêmico-científica entende que o

turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo. (PANOSSO NETTO, 2010, p. 17).

As três definições de Leiper (1979) e as três visões de Panosso Netto (2010) não se excluem. É justamente sua complementariedade que permite que o turismo aconteça. É necessário que haja o planejamento de ações capazes de desenvolver turisticamente certas localidades considerando a maximização dos benefícios advindos da prática do turismo e a minimização dos possíveis impactos negativos. Também é fundamental que existam empreendedores e trabalhadores interessados em oferecer produtos e serviços turísticos e, por fim, é imprescindível que existam pessoas que, mesmo

sem entendimento técnico ou acadêmico sobre o turismo, estejam interessadas em viajar, descansar e usufruir um determinado destino.

É necessário, ainda, considerar a visão do autóctone, habitante do local anfitrião, que é influenciado direta ou indiretamente pela prática do turismo (DALL'AGNOL, 2012). O que essencialmente diferencia tais visões são as formas como os atores (leigo, empresário/trabalhador, autóctone e acadêmico) se comportam em relação ao fenômeno. Cabe ressaltar que o sucesso individual de cada um dos atores, bem como o sucesso do destino, dependerá da eficiência na coordenação e na integração entre eles. (AARSTAD, GRONSETH e HAUGLAND, 2010).

É fato que, seja por motivo de lazer, trabalho, estudos, busca de saúde ou outros, o turismo está relacionado aos deslocamentos de pessoas e esses deslocamentos possuem custos e movimentam a economia. Assim, o turismo tem sido relacionado às práticas econômicas e apontado como uma atividade importante em regiões economicamente “subdesenvolvidas” e que produzem ou possam produzir algum interesse turístico em viajantes mais afortunados (ARAÚJO, LOPES e TINÔCO, 2012).

O subdesenvolvimento constituía um estágio para o desenvolvimento e não uma situação estrutural decorrente, dentre outros fatores, da submissão e subserviência desses países, em períodos anteriores, a países imperialistas. O turismo era, e ainda é em muitas regiões, uma promessa de saída da situação depreciativa e de escassez existente. (ARAÚJO, LOPES e TINÔCO, 2012, p. 117).

Essa perspectiva baseada na economia elabora planos e estratégias para que a localidade produza produtos e serviços que possam ser consumidos pelos viajantes que, em troca do usufruto de tal produção, deixam no destino algum dinheiro, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do local. Araújo, Lopes e Tinôco (2012, p. 117) explicam que, na segunda metade do século XX, o turismo se constituía como um “alimento” impulsionador do desenvolvimento através da entrada de recursos financeiros vindos de turistas estrangeiros e que “o capital internacional estava disposto a investir na área, bastava que os governos locais assegurassem fatores como estabilidade política e econômica e incentivos fiscais às empresas a serem instaladas”. Desse modo, alguns destinos turísticos apresentam um ciclo de vida bastante característico: poucas vendas no início, um rápido crescimento, alguma estabilidade e, por fim, se não houver renovação, o declínio.

Kotler (1988, p. 98) entende que “o ciclo de vida do produto é uma tentativa de reconhecimento dos estágios distintos na história das vendas do produto”. Segundo o autor, os produtos passam por quatro diferentes estágios (introdução, crescimento, maturidade e declínio) que são definidos pelo índice de vendas no mercado.

Para Butler (1980), as destinações turísticas tem um ciclo de vida próprio. A partir de um entendimento orgânico, o autor afirma que há, primeiramente, um estágio de exploração da localidade. Nesse estágio o futuro destino não possui infraestrutura específica ao atendimento dos viajantes que, em pequenos números, não alteram o ambiente físico e social e geram pouca ou nenhuma importância econômica para a localidade. O segundo estágio apresentado por Butler (1980) é chamado de engajamento ou envolvimento, pois é nesse momento que surgem algumas facilidades aos viajantes e se inicia o processo de difusão do local. O estágio seguinte é o de desenvolvimento. Segundo o autor (1980) o mercado local, por meio de propaganda feita em centros emissores de turistas, divulga produtos e serviços destinados a atender a crescente demanda e, assim, a localidade se define como um destino turístico. Nessa fase é comum que o número de turistas exceda o número de habitantes do local. O quarto estágio é o de consolidação, caracterizado pela diminuição do crescimento do número de turistas e da manutenção e estabilidade do número absoluto de visitantes – que ainda é maior do que o número de habitantes. Butler (1980) aponta o quinto estágio como uma fase de estagnação caracterizada pela percepção dos problemas (ambientais, sociais e econômicos) relacionados ao elevado número de turistas em relação aos recursos disponíveis no local. Para o autor, os problemas criados pelo turismo afastam os turistas, fazendo com que o destino “saia da moda”. A partir do estágio de estagnação, o destino pode seguir dois caminhos: declinar ou rejuvenescer, conforme apresentado na figura 1.

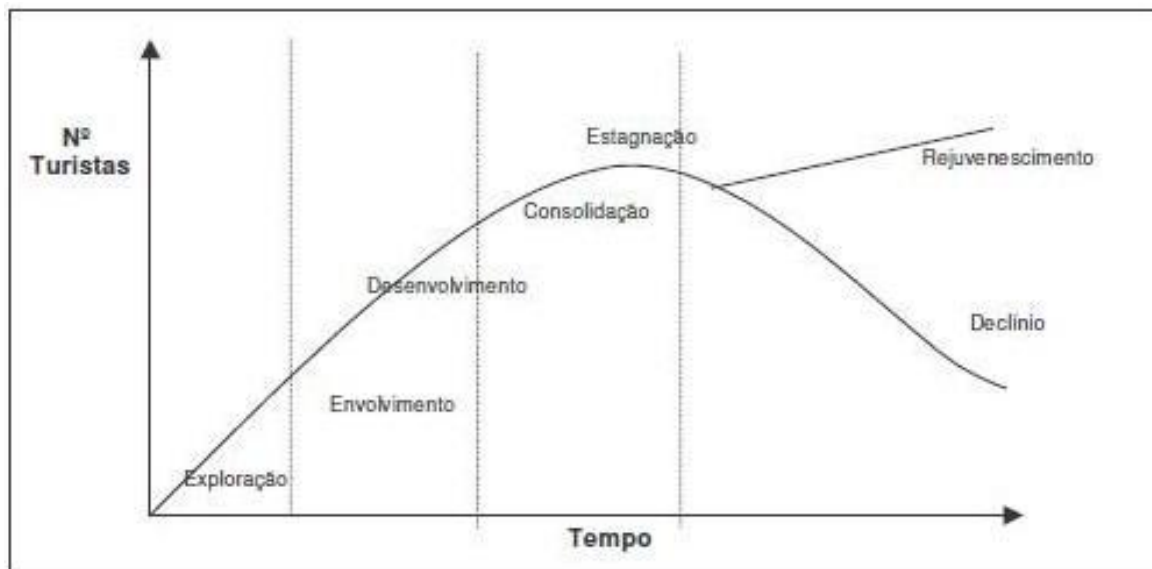


Figura 1. Ciclo de vida dos destinos turísticos como proposto por Butler (1980).

Fonte: Os autores.

Percebe-se que, segundo o modelo de desenvolvimento turístico apontado por Butler (1980) o ápice do desenvolvimento turístico de uma região se encontra no quarto estágio, no qual o turismo está consolidado, ou seja, quando o fluxo de entradas de visitantes se mantém constante e quando as ofertas de produtos e serviços são condizentes com as necessidades e desejos dos turistas. É neste momento que as estratégias de desenvolvimento do turismo podem ser percebidas como um sucesso e o turismo pode ser considerado como um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da localidade. Porém, é justamente no estágio de consolidação que a atividade encontra seu auge e, em decorrência dele, o surgimento de problemas, levando-a a estagnação e ao possível declínio. Outra possibilidade apresentada pelo autor é o rejuvenescimento do destino a partir de atrações criadas pelos homens ou da exploração dos recursos naturais não explorados anteriormente (BUTLER, 1980).

Ainda que o modelo de ciclo de vida de destinos turísticos proposto por Butler (1980) sofra críticas, tais como as apontadas por Fernandes e Cepeda (2000, p. 9) que afirmam que o modelo não pode ser considerado “um modelo de previsão universal do comportamento dos destinos turísticos, uma vez que alguns destinos turísticos não estão sujeitos às fases indicadas por Butler”, assim como as apontadas por Haywood (1986) que o assinala como um modelo demasiado determinista a ponto de impossibilitar seu uso como ferramenta de planejamento, a contribuição do modelo tem permitido propostas derivadas que podem contribuir para o monitoramento e rejuvenescimento de destinos.

A estagnação e o possível declínio do turismo em um destino que se encontrava consolidado representam a perda dos recursos financeiros deixados pelos turistas e, conseqüentemente, a perda de novos investimentos. Assim, algumas localidades insistem em manter elevado o número de entradas de turistas, desconsiderando, negligenciando e até escondendo os problemas advindos da saturação de seus recursos (Nunes, 2009). Dessa forma, os produtores de bens e serviços, assim como os investidores financeiros interessados em atrair e atender turistas e em consolidar o local como um destino turístico criam novos produtos e estratégias, a fim de não perderem as constantes entradas de recursos econômicos.

Essa visão, baseada puramente na ideia de maximizar os aspectos econômicos do turismo, para não dizer economicista, tem sido fonte de inspiração de políticas de desenvolvimento que têm ofertado produtos e serviços turísticos sem considerar os demais aspectos que envolvem a atividade. Não raras vezes questões como preservação da cultura local, poluição ambiental, sonora e visual, enobrecimento urbano, exploração sexual, problemas de trânsito, aumento do custo de vida, dentre tantas outras, são negligenciadas.

Mamede (2003) aponta que se supunha que a renda gerada através das práticas do turismo poderia compensar suas conseqüências negativas, mas esse paradigma tem se mostrado falso em inúmeros casos, levando alguns destinos a conseqüências físicas e sociais negativas. Muitos estudos demonstraram benefícios financeiros de curto prazo ao local, mas como

o turismo, por sua própria natureza, é seduzido por ambientes e sociedades singulares e por vezes frágeis; evidenciou-se [...] que os benefícios econômicos foram neutralizados por conseqüências ambientais e sociais negativas não mensuradas previamente. (MAMEDE, 2003, p. 31).

Surgem, portanto, alguns pontos fundamentais para que o turismo possa ser gerador de renda e de incremento econômico para a localidade sem que sua exploração seja suicida. Para que a atividade turística não se torne saturada e entre em colapso, algumas estratégias preventivas que objetivam minimizar os impactos negativos causados pela atividade turística têm sido adotadas, a saber: limitação dos fluxos de turistas (TREVELIN, 2010); taxas de acesso a determinados destinos²

² As taxas de acesso normalmente são destinadas a fundos de preservação ambiental do destino. Cabe lembrar, porém, que alguns destinos cobram altas taxas de seus visitantes na tentativa de segmentar o turismo local para um público de maior poder aquisitivo, pressupondo que a realidade econômica desses visitantes reflete a “melhor qualidade” desses como turistas. O preço mais elevado também pode ser uma estratégia de marketing para reduzir a quantidade de visitantes.

(ROCHA, ALMEIDA, 2008); fiscalização constante sobre as normas de preservação ambiental (SIQUEIRA, 2001); políticas de valorização e fortalecimento da cultura local (DALL'AGNOL, 2012) entre outras.

Ainda assim, os parâmetros que definem até onde é possível chegar com a atividade turística sem que haja degradação do meio físico, social, histórico e cultural não são facilmente mensuráveis. Portanto, estudos minuciosos sobre o destino são fundamentais para que o turismo seja planejado de forma a gerar benefícios econômicos e a promover o desenvolvimento local de forma sustentável.

A crescente preocupação com a sustentabilidade e a intensificação dos estudos sobre as práticas de desenvolvimento que possam garantir o equilíbrio de um determinado local em condições de igualdade de usufruto pelas gerações futuras teve impacto direto no setor turístico. Assim, para além de questões relativas à preservação ambiental do planeta, o desenvolvimento sustentável do turismo prevê o crescimento econômico do destino em harmonia com as características sociais, históricas, culturais e ambientais do local anfitrião. Mas falar sobre desenvolvimento sustentável do turismo requer, necessariamente, falar sobre o que vem a ser desenvolvimento local.

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para avançar além de quaisquer interpretações rasas sobre desenvolvimento local, é necessário, primeiramente, entender o significado do termo desenvolvimento. Uma rápida busca em dicionários e fontes não oficiais trará resultados como crescimento, expansão, propagação, incremento, amplitude, elaboração, melhoria entre outros. Assim, o termo desenvolvimento, seja ele utilizado nas áreas exatas, biológicas ou humanas, remete a uma mudança positiva de características, ou seja, a passagem de um estado inferior para um estado aprimorado.

Desse modo, pensar em desenvolvimento local é pensar em modificar a situação atual de uma localidade tornando-a aperfeiçoada, melhorada, aprimorada. Para tanto é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual da localidade e traçar os objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar. Questões como essas têm percorrido o meio acadêmico,

político e social desde que a temática do desenvolvimento local passou a ser discutida em meados de 1980 em países da atual União Europeia (ÁVILA, 2006).

Os resultados dos programas de desenvolvimento sugeridos por políticas públicas ou por acadêmicos da área estão vinculados ao tipo de estratégia que será utilizada para desenvolver o local, podendo ter foco econômico, industrial, assistencial, social, turístico entre tantos outros que têm sido colocados em pauta. Independentemente das estratégias escolhidas, comumente busca-se, em primeira instância, diminuir a pobreza e/ou aumentar a riqueza econômica de certos locais e, portanto, de forma geral os parâmetros que definem as melhorias a serem implementadas têm sido criados a partir dos resultados dos índices de pobreza levantados por institutos de pesquisa.

Todavia, as estratégias que buscam apenas aumentar a entrada de recursos financeiros em certas localidades através de políticas desenvolvimentistas podem não gerar desenvolvimento local, ou seja, podem não contribuir para a melhoria da localidade, podem não melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e podem até causar impactos negativos na localidade (DALL'AGNOL, 2012), sendo percebidas como ineficientes. Portanto, o desenvolvimento local deve, em essência, assinalar os processos que evidenciem a superação dos problemas sociais de sua população, sejam eles de cunho econômico ou não. Como afirmou Rodrigues,

O vocábulo desenvolvimento, muito desgastado, não significa crescimento e muito menos regular distribuição da riqueza. Não basta um grande aumento do PIB, alardeado em letras garrafais pela mídia impressa. A economia não é tudo sem eficácia social. (RODRIGUES, 1999, p. 10).

Assim, conhecer os parâmetros que definirão as tomadas de decisões sobre quais estratégias seguir torna-se ponto fundamental para o real desenvolvimento local, haja vista a possível insatisfação dos habitantes locais sobre estratégias impostas de cima para baixo. Parece imperativo considerar a percepção dos autóctones em relação às condições atuais da localidade, assim como suas aspirações para o futuro, ou seja, quais melhorias querem, o que querem alcançar, como podem contribuir e que mudanças estão dispostos a fazer e a passar para que o almejado desenvolvimento seja alcançado. Como lembrado por Rodrigues (1999, p. 10), “o lugar é palco de *re-ações*, solidariedade e protagonismos indesmentíveis, mesmo que invisíveis para quem o observa de fora”.

Essas premissas fazem parte dos modelos de desenvolvimento local endógeno (DLe), com o qual se corrobora. O desenvolvimento local endógeno refere-se ao desenvolvimento que acontece a partir do interior da localidade, partindo dos interesses de seus habitantes e considerando suas

capacidades, competências e habilidades, conforme discutido por Ávila (2006). O desenvolvimento local

consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2000, p. 68).

Percebe-se, a partir da perspectiva delineada por Ávila (2000), que o DLe parte da comunidade para a comunidade. Os interesses da população local, assim como sua capacidade de gestão e aproveitamento de suas características endógenas e de recursos exógenos a ela destinados são os fatores preponderantes para que o desenvolvimento ocorra. Tenório (2007, *apud* FORTUNATO e SILVA, 2011, p. 92) enfatiza que o desenvolvimento local “procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e mercado” O autor destaca ainda a importância das propostas de desenvolvimento serem estruturadas e realizadas pelos atores locais e não por políticas exógenas centralizadoras das decisões. Segundo Long e Ploeg (s.d.), o desenvolvimento endógeno se fundamenta principalmente, mas não exclusivamente, nos recursos disponíveis na localidade, tais como sua potencialidade ecológica, sua força de trabalho e conhecimento e sua capacidade de vincular produção e consumo. Para os autores, “As práticas de desenvolvimento endógeno tendem a materializar-se como processos auto-centrados de crescimento, isto é, relativamente grande parte do valor total gerado por este tipo de desenvolvimento é re-allocado na própria localidade”. (LONG e PLOEG, s.d.)

Mamede (2003, p. 36) explica que “o desenvolvimento socioespacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos, ou seja, eleger ela própria e conscientemente as suas prioridades e os meios para concretizá-las”. Desta forma também corrobora a importância da participação coletiva a fim de encontrar as formas adequadas para o desenvolvimento local. O desenvolvimento local que parte dos interesses internos da comunidade e

que é planejado e executado por seus membros, contribui para o sentimento de pertença dos indivíduos ali estabelecidos, fortalecendo os laços comunitários e o cuidado para a preservação de suas características naturais e culturais.

Essa estratégia de desenvolvimento – endógena – pode ser utilizada em localidades com diferentes potencialidades, inclusive para locais com potenciais turísticos, uma vez que o objetivo maior do DLe é dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população das localidades onde acontece, conforme afirma Buarque (2008). O autor entende que o DLe deve ser consciente e sustentável, e, portanto deve

(...) mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2008, p. 25-26).

Nessa perspectiva, entende-se que para que haja desenvolvimento local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local.

4. CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Considerando que as localidades podem utilizar seus potenciais e as habilidades, capacidades e competências dos sujeitos que as integram para desenvolverem-se de forma endógena, pressupõe-se que localidades com potenciais turísticos podem desenvolver-se a partir de estratégias que busquem o incremento da economia local e a melhoria da qualidade de vida de sua população a partir da otimização de suas características naturais, histórias e culturais.

Ainda que a Organização Mundial do Turismo (OMT) tenha proposto algumas diretrizes éticas que direcionam a atividade turística em comunidades locais, tais como: “comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que referem, especialmente na criação direta e indireta de emprego que ocasionem” (OMT, 1999, p. 6), fica claro que seus pressupostos partem de fora para dentro, ou seja, de políticas e empreendimentos exógenos à comunidade e que são orientados a incluírem os sujeitos autóctones em seus projetos. Não se trata de desqualificar a ajuda exógena ou de conferir créditos negativos a todos os planos e projetos exteriores à comunidade. Trata-se, sobretudo, de desenvolver o turismo guiado por valores locais e orientado para a minimização das agressões à cultura local e ao ambiente natural – lugar de moradia do autóctone -, assim como de reduzir a dependência econômica externa.

Chevitarese e Mattos (2003) deixam clara a importância do planejamento político para que o turismo seja fonte de desenvolvimento local. Segundo os autores,

Há necessidade de uma formulação da concepção política, a partir da qual seja possível trabalhar o turismo com visão estratégica, compreendendo-o como instrumento de desenvolvimento local, através de um processo de engajamento e participação comunitária. O desenvolvimento local é uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia o “olhar comunitário”. (CHEVITARESE e MATTOS, 2003, p. 78 apud CASTRO, CRUZ GUZMÁN, 2010, p. 23).

Segundo Salvatierra e Mar (2012), os projetos turísticos de desenvolvimento local devem estar focados nos interesses individuais e coletivos dos sujeitos e devem ser pautados em estratégias endógenas, pertencentes e plenamente assumidos pelo tecido social local, uma vez que são os atores locais e seu território que devem ser desenvolvidos de forma a gerar benefícios presentes e futuros.

O desenvolvimento local por meio de projetos turísticos [...] possibilita impulsionar e fortalecer as identidades locais e regionais ao atuar como um mecanismo social de defesa do entorno imediato, da vida cotidiana, dos elementos de pertença e permanência da população local. Entende-se que existem recursos naturais e culturais que podem ser utilizados para desenvolver atividades turísticas, sem colocar em risco sua existência, a fim de usá-los durante longos períodos para o bem estar de todos aqueles que compõem a localidade e com aqueles que estão por vir. (SALVATIERRA e MAR, 2012, p. 126, tradução nossa)³.

³ El desarrollo local a través de proyectos turísticos [...] Permite impulsar y fortalecer las identidades locales y regionales al actuar como un mecanismo social de defensa del entorno inmediato, del ámbito de cotidianidad, de los elementos de pertenencia y permanencia de los pobladores locales. Es entender que existen recursos naturales y culturales que pueden ser utilizados para desarrollar actividades turísticas, sin poner en riesgo su existencia para poder

Harwood (2010) corrobora com os pressupostos endógenos de desenvolvimento de localidades turísticas, e afirma que a comunidade anfitriã deve estar envolvida no planejamento, na construção, na manutenção e na gestão dos aspectos relativos ao desenvolvimento de sua comunidade e que “isto implica que a comunidade local tem envolvimento, controle ou propriedade dos resultados de planejamento”. (HARWOOD, 2010, p. 1910).

Conforme os pressupostos do DLe apresentados acima, fica claro, portanto, que a participação da comunidade local para a decisão de implementação – ou de não implementação – de projetos turísticos e quais tipos de projetos devem ser implementados é fundamental.

Muitas comunidades têm visto no turismo receptivo uma opção de melhoria de suas condições de vida. Desta maneira, o desenvolvimento local tem sido possível em projetos endógenos de turismo de base comunitária resultantes da decisão, da autogestão e da plena participação da comunidade local nas atividades turísticas. Isso implica dizer que o turismo de base comunitária possibilita à população local ter um controle efetivo das decisões sobre o turismo no local e sobre o desenvolvimento de suas atividades. Pratica-se, assim, a gestão comunitária ou familiar daquilo que é disponibilizado como serviços e atrativos turísticos, valorizando aspectos culturais e naturais do local.

Disponibilizando de forma sustentável seus recursos naturais e compartilhando suas características culturais com os turistas e visitantes, é possível que as comunidades envolvidas em projetos endógenos consigam obter os benefícios advindos do turismo e usufruam seus impactos positivos. De acordo com Coriolano (2009), no turismo comunitário as comunidades se organizam em arranjos produtivos locais e detém o controle efetivo de suas terras e das atividades turísticas nelas ocorridas. Segundo a autora,

(...) as atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também as mulheres e aos jovens. (CORIOLANO, 2009, p. 68).

utilizarlos durante largos periodos para el bienestar de todos aquellos que integran la localidad y los que están por venir. (SALVATIERRA e MAR, 2012, p. 126).

Segundo Fortunato e Silva (2011, p. 85), a atividade turística tem se tornado uma prática presente em comunidades tradicionais, constituindo assim “um novo segmento do mercado turístico que trabalha as potencialidades dos povos originários tornarem-se reconhecidos como importantes na sociedade contemporânea”. Os autores afirmam que essa modalidade de turismo pode promover o desenvolvimento local através da valorização dos patrimônios naturais e culturais da comunidade, desde que destacadas as potencialidades endógenas do território e de seus atores.

Ainda que recentes, as teorias sobre o turismo de base comunitária têm trazido à tona perspectivas positivas de DLe em comunidades periféricas, tradicionais e/ou rurais, porém, são poucos os estudos sobre monitoramento e medição de resultados obtidos com essa modalidade de turismo. Vila, Costa e Rovira (2010) afirmam que muitos indicadores têm sido criados, porém, em sua grande maioria, os indicadores apresentam limitações comuns: não fornecem quaisquer informações sobre as causas específicas ou sobre o que deve ser feito futuramente a partir de seus resultados.

Assim, deve-se pensar em métodos capazes de estabelecer relações diretas entre os resultados obtidos e as estratégias do destino. A mensuração dos resultados dos processos de desenvolvimento local em relação à implantação do turismo pode ser obtida através de pesquisas qualitativas de diversas naturezas: etnográfica, fenomenológica, heurística, pesquisa participativa, pesquisa-ação, entre outras metodologias. Vila, Costa e Rovira (2010) apresentam uma proposta de avaliação de resultados a partir da utilização do *Balanced Scorecard* (BSC). O BSC surgiu na Harvard Business School nos anos 1990 como um método de avaliação de desempenho capaz de nortear as decisões empresariais. O BSC é estruturado em sete etapas: 1) identificação da visão organizacional; 2) identificação das estratégias para se alcançar a visão; 3) identificação dos fatores críticos de sucesso; 4) seleção dos indicadores; 5) avaliação; 6) desenvolvimento de planos de ação e; 7) acompanhamento.

Desde sua criação, o modelo inicial de BSC tem sofrido críticas e propostas de modelos adaptáveis a diferentes realidades, logo, o BSC tem sido útil como um sistema de indicadores da relação de causalidade entre diferentes variáveis e, por conseguinte, de gestão, visto seu potencial para criação de valor. Segundo Castro, Cruz e Guzmán (2010), o BSC tem sido utilizado em algumas empresas e destinos turísticos do Brasil, da Espanha e da Botswana. No entanto, ainda não é conhecida sua

aplicação em localidades que estão implantando o turismo de pequena escala, como é o caso do turismo de base comunitária.

Vila, Costa e Rovira (2010) sugerem um modelo de BSC adaptado ao inicialmente proposto por Kaplan e Norton na Havard School, e desenhado a partir de seis aspectos centrais (Fig. 2), e que devem ser pensados no âmbito do turismo.

Assim, os seis aspectos apresentados abaixo devem ser analisados junto à comunidade anfitriã.

- a) O primeiro aspecto diz respeito aos resultados sociais – e culturais – percebidos pela comunidade ou ainda por toda a rede social na qual o destino está inserido.
- b) O segundo aspecto relaciona-se aos resultados econômicos advindos das atividades turísticas propostas e devem, necessariamente, agregar valor aos produtos e serviços para toda a cadeia produtiva que, a partir dos projetos estabelecidos, devem possibilitar a autossustentabilidade.
- c) O terceiro aspecto considera as necessidades de equilibrar esforços sociais (dos autóctones, residentes locais e visitantes) que minimizem os impactos negativos do turismo no ambiente.
- d) O quarto aspecto corresponde às necessidades de envolvimento de toda a cadeia produtiva do turismo no destino, a fim de alcançar excelência nos produtos e serviços oferecidos.
- e) O quinto aspecto relaciona-se às perspectivas de melhorias e ampliação da infraestrutura local com objetivos de melhorar a qualidade de vida da população local.
- f) O sexto e último aspecto consiste em atribuir objetivos estratégicos que visem tornar o local atrativo ao turista no que diz respeito à qualidade, preço, diferencial agregado e possibilidades de experiências.

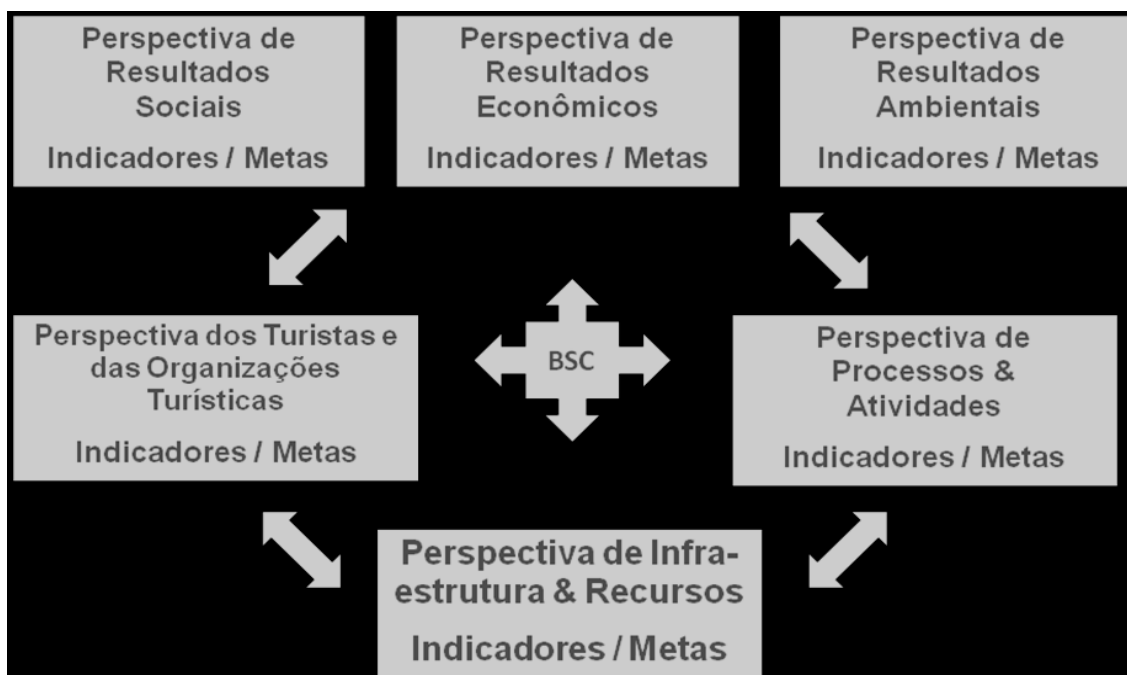


Figura 2: Modelo de BSC para destinos turísticos.

Fonte: CASTRO, CRUZ e GUZMÁN (2010, p. 28, adaptado de VILA, COSTA e ROVIRA, 2010).

Desse modo, a aplicação do BSC objetiva identificar variáveis críticas de desempenho aos destinos, uma vez que sua aplicação considera a participação de diversos atores sociais, como os membros das comunidades, as organizações civis e os setores públicos e privados para a definição da visão e missão da localidade em relação ao turismo, assim como para a elaboração de um mapa estratégico de projetos. Portanto, as variáveis que irão compor a análise de desempenho “devem levar em consideração o contexto do município e aspectos relacionados ao turismo na localidade” (CASTRO, CRUZ e GUZMÁN, 2010, p. 29).

O referido mapa estratégico deve ser desenhado a partir de discussões entre os participantes do projeto de turismo local, os quais devem estabelecer quais serão os indicadores de desempenho em relação a cada um dos seis aspectos norteadores deste modelo adaptado de BSC. Um modelo de mapa estratégico pode ser visto na figura 3.



Figura 3: Exemplo de mapa estratégico do turismo de base comunitária com perspectivas e indicadores.

Fonte: Os autores, a partir de sugestões de indicadores oferecidas por Vila, Costa e Rovira (2010).

Nota-se que o modelo apresentado na figura 3 oferece propostas de indicadores que abrangem diversos aspectos inerentes à atividade turística. Entretanto, sugere-se que destinos com interesse no turismo de base comunitária devem desenvolver o BSC a partir da visão que a comunidade pretende alcançar e que considerem a vocação do destino e as capacidades, competências e habilidades (CCH) de sua população e, a partir desses aspectos, estabelecer indicadores que possam conferir se esses estão sendo considerados e aprimorados, ou seja, desenvolvidos. A figura 4 apresenta uma proposta de BSC para o turismo de base comunitária.

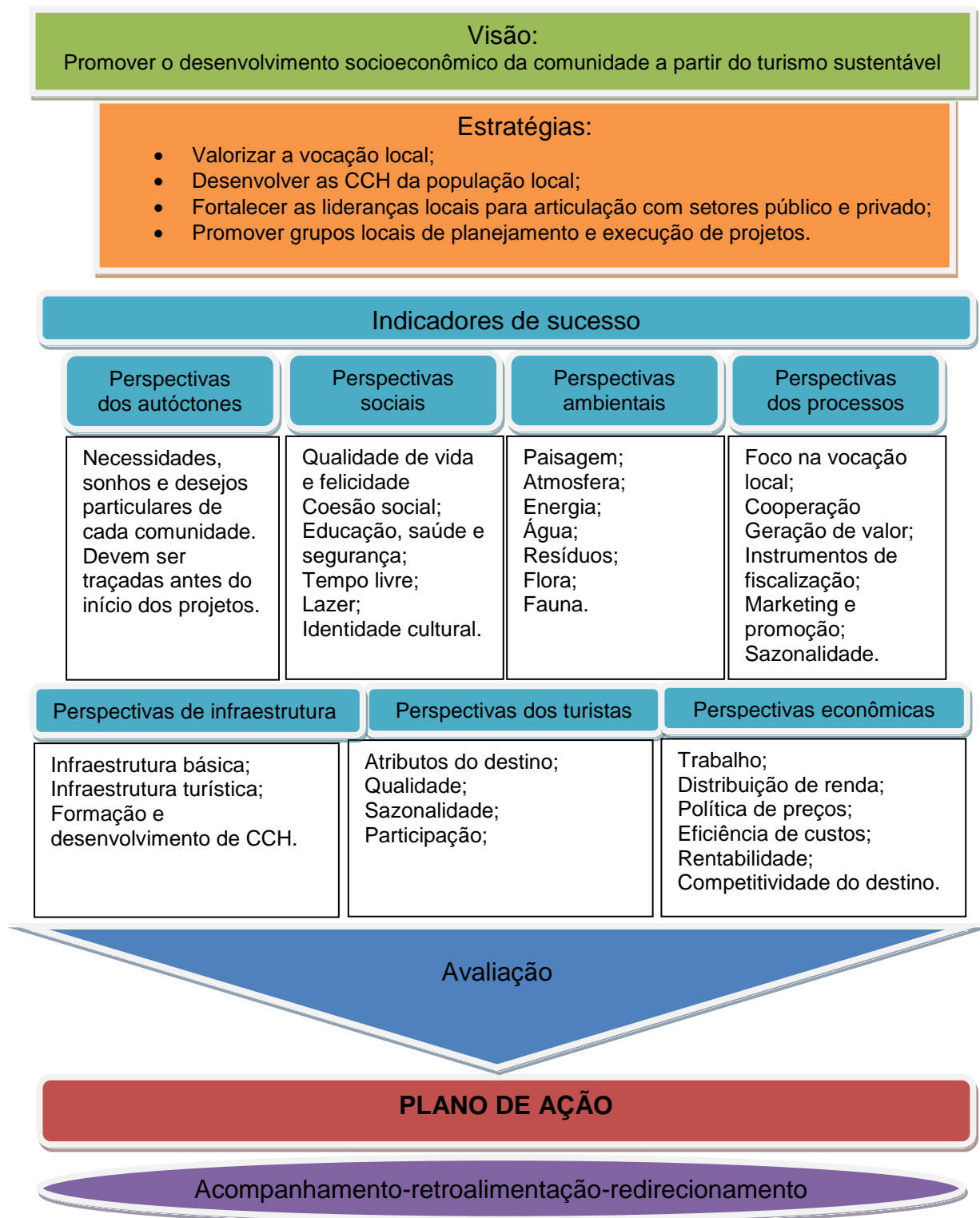


Figura 4. Proposta de BSC para o turismo de base comunitária

Fonte: Os autores.

Ainda que não existam resultados comprobatórios sobre a utilização do BSC como método de avaliação do desempenho do turismo como fator de desenvolvimento local, a ferramenta tem sido estudada por acadêmicos e aplicada em algumas localidades como uma possibilidade não somente de validação de resultados, mas como uma possibilidade de gestão. Assim, ao que tudo indica, o BSC, aplicado nesses contextos, atuaria como uma ferramenta de pesquisa-ação, essa, uma das modalidades de pesquisa qualitativa em voga para as comunidades que buscam no turismo uma possibilidade de desenvolvimento local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atingir o objetivo proposto neste estudo é tarefa complexa, apesar de inicialmente parecer simples, conforme foi discutido. Respostas e justificativas positivas ou negativas serão sempre relativas ao ponto inicial de checagem. A comprovação de tais respostas se dará no âmbito dos métodos utilizados em pesquisas. Pesquisas com enfoque econômico poderão utilizar comparativos do PIB de uma localidade para averiguar se houve aumento ou diminuição do desenvolvimento econômico. Outras pesquisas podem utilizar indicadores como números de indústrias, empresas e empregos para verificar se houve ou não desenvolvimento no local pesquisado. Na compreensão do DLe, tal como exposto, os indicadores são bastante relativos e devem ser criados a partir de uma perspectiva ampla que envolva a percepção dos diversos atores envolvidos na atividade turística, principalmente a população local. Ainda assim, as possíveis comprovações de que houve desenvolvimento local a partir do turismo dificilmente são conclusivas, já que a atividade, uma vez implantada, pode ter um longo ciclo de vida, podendo ainda rejuvenescer-se. Assim, os resultados são parciais e referentes às comparações entre determinados períodos de tempo e, portanto, dificilmente são absolutos.

O BSC adaptado, como proposto por Vila, Costa e Rovira (2010), apresenta-se como uma ferramenta de pesquisa e gestão, mas é preciso considerar que, para que os resultados sejam realistas, não basta sua aplicação no início do planejamento turístico em determinado local. É preciso ser feito um acompanhamento durante longo prazo, a fim de que sejam feitas constantes checagens dos indicadores estabelecidos e correções dos caminhos que conduzam para resultados diferentes daqueles desejados pela comunidade.

Souza (1999) reafirma a importância que o turismo tem como motor de desenvolvimento local desde que as potencialidades endógenas sejam contempladas. Segundo o autor, deve-se pensar o local a partir de uma dimensão sócio espacial que suponha prioritariamente a conquista da felicidade e que não permita a exclusão social e a degradação ambiental.

Fortunato e Silva (2011) também entendem que o turismo pode ser fator de desenvolvimento local desde que planejado de forma endógena. Segundo os autores a abordagem endógena possibilita a articulação entre os atores envolvidos na comunidade e na atividade turística e “a inserção de seus empreendimentos associativos e/ou individuais, comunitários, urbanos e rurais, propõe uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução e fortalecimento do tecido social imerso na arena turística”. (FORTUNATO e SILVA, 2011, p. 92).

Contudo, é necessário esclarecer que todos os projetos endógenos priorizam os anseios e interesses da própria comunidade e que, portanto, podem incorrer em resultados positivos ou negativos em função das escolhas feitas por seus participantes. Assim, acredita-se que a orientação de profissionais especializados é fundamental para o apoio na tomada de decisões dos atores sociais envolvidos.

A pesquisa sobre o turismo como fator de desenvolvimento local deve ser incrementada em lugares em que novos projetos possam surgir, naqueles em que o turismo já está em implantação ou em desenvolvimento e ainda, em locais turísticos que se encontram nas últimas fases de seu ciclo de vida. O rejuvenescimento do destino é possível, e o desenvolvimento que pode acompanhá-lo dependerá de planejamento, engajamento e participação do público mais interessado no local: os autóctones e aqueles que ali vivem.

Assim, é imprescindível que continuem sendo feitos estudos que apontem os caminhos adequados para que o turismo possa contribuir para o desenvolvimento local. Melhorar a qualidade de vida dos envolvidos neste fenômeno deve ser preceito básico para lugares que vislumbraram no turismo uma possibilidade de desenvolvimento local. Para tanto, deve ser considerado aqui o incremento econômico, o aumento das capacidades e habilidades dos habitantes, melhorias na infraestrutura local, respeito aos costumes e tradições e preservação do meio ambiente natural.

Desse modo entende-se que projetos turísticos que considerem prioritariamente as características locais, como o contexto econômico-sócio-cultural, a capacidade de carga e o sonho coletivo da população local podem contribuir positivamente para o desenvolvimento local e podem minimizar os possíveis impactos negativos da atividade turística. A comprovação de tal desenvolvimento se dará a partir de pesquisas realizadas com a população autóctone no curto, médio e longo prazo. São os sujeitos locais, viventes de determinado lugar, os únicos capazes de constatar se o turismo trouxe ou não melhora para sua qualidade de vida e bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- AARSTAD, J et al. Development of tourism destinations: An Integrated Multilevel Perspective, **Annals of Tourism Research**, Volume 38, Issue 1, January 2011, Pages 268-290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2010.08.008>>. Acesso em 24 set. 2013.
- ARAÚJO, R. M., LOPES, A. O. B. e TINÔCO, D. S. Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer. **Revista Turismo em Análise**, 2012, vol. 23, n. 1, p. 104-127.
- ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.
- BARTOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**. Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, 2009.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, R. W. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**. 1980, XXIV, p. 5-12.
- CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). **Epistemología del turismo**. Estudios críticos. México-DF: Trillas, 2010.
- CASTRO, L. L. C., CRUZ, G. e GUZMÁN, S. J. M. Uma abordagem teórica da aplicação do Balance Scorecard como ferramenta de gestão de destinos turísticos de base comunitária. **Revista de Cultura e Turismo**, 2011, vol. 5, n. 1, p. 19-32.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Coriolano. Fortaleza. EdUECE, 2009.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Funece, 2003.

DALL'AGNOL, S. Impactos do turismo X comunidade local. *In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 2012, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: 2012, Universidade Caxias do Sul, Mestrado em Turismo. Disponível em <http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol>. Acesso em: 13 jul. 2013.

FERNANDES, P. O; CEPEDA, F. J. T. Evolução do turismo na região norte de Portugal: aplicação do ciclo de vida. *In: II SEMINÁRIO LUSO-ESPANHOL DE ECONOMIA EMPRESARIAL*, 2000, Bragança. **Anais**. Bragança: 2000, Universidade da Beira Interior. Departamento de Gestão e Economia. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1010/1/n_2.pdf>. Acesso em: 09 out. 2014.

FORTUNATO, R. A; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, 2011, vol. 5, n. 2, p. 85-100.

HARWOOD, S. Planning for Community Based Tourism in a Remote Location. **Sustainability**, 2010, vol. 2, n. 7, p. 1909-1923. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2071-1050/2/7/1909>>. Acesso em 24 set. 2013.

HAYWOOD, K. M. **Can the tourist-area life-cycle be made operational?** *Tourism Management*, 1986, vol. 7, p. 154-167. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261517786900026>>. Acesso em 09 out. 2014.

KOTLER, P. **Marketing Management**. New Jersey: Prentice-Hall, 1988.

LONG, A.; PLOEG, J. D. **Born from within**: practice and perspectives of endogenous rural development. Holanda-The Hague: s.n, s.d. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=IMCTv7UZrp0C&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 set. 2013.

MALDONADO, C. **Negócios turísticos com comunidades (NETCOM)**. Manual de facilitador. Módulo 3. El turismo comunitário en América Latina. OIT-REDTUS, Quito, Ecuador, 2006.

MAMEDE, V. S. M. D. Participação e desenvolvimento do turismo local. *In: MARTINS, C. Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

MINISTÉRIO do Turismo. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro**: desenvolvimento sustentável do turismo. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

NUNES, I. **Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde**. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2009. 126 p. Dissertação de Mestrado em Economia.

ORGANIZAÇÃO Mundial do turismo. **Código Mundial de Ética para o Turismo**. Disponível em: <http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Brazil.pdf>. Acesso em: 09 ago. de 2013.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PHILLIMORE, J.; GODSSON, L. (Orgs.). **Qualitative research in tourism: ontologies, epistemologies and methodologies**. Londres: Routledge, 2004.

ROCHA, J. S.; ALMEIDA, N P. Políticas públicas federais de turismo: uma análise circunstancial do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (Brasil). **Turismo e Sociedade**, [S.l.], dez. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/12930>>. Acesso em: 13 Out. 2014.

RODRIGUES, A. B. **Turismo**. Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROUSSEL, D. **Tourisme et développement local: expérience de la Réunion**. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas. França, Université Du Littoral, Côte d'Opale (ULCO), 2006. Disponível em: <<http://www.theses.fr/2006DUNK0173>>. Acesso em 27 ago. 2013.

SALVATIERRA, N. M. e MAR, I. C. Construcción de servicios turísticos a nivel local em Toluca, Estado do México. **Revista Rosa dos Ventos**, 2012, vol. 4, n. 2, p. 119-135.

SIQUEIRA, T. V. **Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21**. 2001.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo**. Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

TREVELIN, A. C. **Limite de visitação em sítios turísticos**. [suporte eletrônico]. Disponível em <<http://www.portalbonito.com.br/colunistas/ana-cristina-trevelin/54/limite-de-visitacao-em-sitios-turisticos>>. Acesso em 13 out. 2014.

TRIBE, J. (Org.). **Philosophical issues in tourism**. Bristol: Channel View, 2009.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n.3, p. 638-657.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. 2008, vol. 8, n. 2, p. 1-14.

VILA, M.; COSTA, G.; ROVIRA, X. The creation and use of scorecards in tourism planning: A Spanish example. **Tourism Management**, 2010, vol. 31, n. 2, p. 232-239. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j> **RESUMO:**